



APRESENTAÇÃO

A edição v. 11, n. 1 (2025) da Revista Coisas do Gênero – Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião acontece no marco de uma década desde a aprovação da *Política de Justiça de Gênero* (PJG) da Faculdades EST. A aprovação e implementação da PJG desde então, expressa o compromisso histórico dessa instituição com a promoção da equidade e justiça, o enfrentamento das desigualdades estruturais e a transversalização da perspectiva de gênero em suas práticas e produções acadêmicas, eclesiais, sociais e comunitárias. Em meio a essa trajetória, o Programa de Gênero e Religião desenvolve uma pesquisa sobre os impactos da política da justiça de gênero na Faculdades EST, com vistas a oferecer percepções avaliativas sobre alcances, transformações e desafios, além de produzir subsídios metodológicos que poderão ser úteis a grupos, organizações e igrejas da América Latina e do Caribe interessadas na temática.

Nesse sentido, o dossiê *“Políticas de Justiça de Gênero – ferramenta de transformação”* tem como um dos objetivos discutir as Políticas de Justiça de Gênero como instrumentos institucionais fundamentais para a promoção da justiça e da equidade, concebendo-as como ferramentas de transformação que devem ser continuamente planejadas, implementadas, monitoradas e avaliadas. A equipe editorial é composta por Dra. Marli Brun (Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST), Dr. André S. Musskopf (Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF) e Sabrina Senger (Núcleo de Pesquisa de Gênero e Religião da Faculdades EST). Os textos reunidos refletem, de maneira crítica e propositiva, os desafios, avanços e impactos dessas políticas em diferentes contextos institucionais e eclesiais.

A seção de Artigos do Dossiê reúne estudos que examinam, a partir de diferentes perspectivas, os efeitos da Política de Justiça de Gênero da Faculdades EST e de outras iniciativas. Em *Impactos da Revista Coisas do Gênero na implementação da Política de Justiça de Gênero na Faculdades EST*, André S. Musskopf e Eduarda Viviane Müller



analisam, a partir de dados coletados entre 2015 e 2022, de que modo a revista contribui para a efetivação da Política de Justiça de Gênero da instituição. O mesmo tema é retomado por André S. Musskopf e Jonatan A. Goltz, no artigo *Impactos da Política de Justiça de Gênero da Faculdades EST na Revista Estudos Teológicos*, onde analisam as transformações ocorridas nas práticas editoriais e no processo de produção científica a partir da incorporação da política.

Em *Impactos da Política de Justiça de Gênero da Faculdades EST na Revista identidade!*, Marli Brun, Marcia Blasi e Raquel Brun Kriesang analisam o periódico multidisciplinar da instituição a partir de indicadores de autoria, linguagem e referências, buscando compreender como a Política de Justiça de Gênero tem se refletido nas práticas editoriais. Encerrando a seção, serena bischoff apresenta *Gêneros esquecidos: reconhecimento não-binário em políticas de justiça de gênero*, onde analisa criticamente documentos institucionais da Federação Luterana Mundial e da Faculdades EST, tematizando que os mesmos reproduzem lógicas cis-heteronormativas que invisibilizam pessoas não-binárias e dissidentes.

A seção de Artigos Diversos mantém o caráter interdisciplinar e plural que caracteriza a Revista, reunindo pesquisas que dialogam com o campo de gênero, religião e teologias feministas em diferentes contextos. Em *Uma interpretação feminista da história de Agar*, Flavio José de Paula e Heloísa Helena Bento propõem uma leitura bíblica que, a partir de uma hermenêutica feminista e popular, resgata a experiência de Agar como símbolo de resistência das mulheres historicamente silenciadas. Em *A celebração das ausências*, Soraya Heinrich Eberle analisa o protagonismo das mulheres remanescentes nos processos migratórios do Triângulo Norte Centro-Americano, refletindo sobre sua atuação e espiritualidade em contextos de organizações de fé cristã. Já em *O feminismo islâmico argelino e abordagem decolonial solidária: entre o secularismo e o Islã*, Jade Cassius discute as tensões entre secularismo e tradição islâmica, evidenciando como perspectivas decoloniais e solidárias podem ampliar o entendimento sobre gênero, religião e emancipação das mulheres em contextos pós-coloniais.

Neusa Schnorrenberger e Rosângela Angelin, em *Interlocuções entre os movimentos católicos de camponesas brasileiro e equatoriano frente a políticas públicas ambientais*, analisam as práticas coletivas de mulheres rurais organizadas no Movimento das Mulheres Camponesas (Brasil) e na Organização de Mulheres Santa Marta



(Equador), destacando suas ações de tutela ambiental e incidência política na promoção de um meio ambiente equilibrado e justo. Em *Hermenêutica feminista em movimento: dissidências e consonâncias acerca da memória, luto e escrita de si com Nísia e Maria Firmina*, Edla Eggert, Beatriz Berr Elias e Francielle Fernandes da Silva propõem um ensaio hermenêutico que aproxima as trajetórias de Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis, articulando gênero, raça e classe na construção de uma leitura feminista sobre memória, dor e escrita de si. Encerrando a seção, Nayane Stephane Antunes Costa, Mônica Mota Tassigny e Bianca Mota do Nascimento Brasil Muniz, em *Direito fundamental à igualdade de gênero e cyberviolências sexuais nas escolas brasileiras: análise fílmica a partir da série “Adolescência”*, discutem o impacto das violências digitais no contexto escolar e os desafios institucionais para a efetivação do direito à igualdade de gênero, articulando mídia, educação e direitos humanos.

A seção de Relatos de Experiência apresenta práticas institucionais e comunitárias que exemplificam a implementação de políticas de justiça de gênero em diferentes contextos organizacionais e regionais, reforçando seu caráter de ferramenta de transformação. Em *La educación popular como herramienta para la implementación de la “Política de Justicia y Equidad de Género y las Diversidades” del Movimiento Centro Martin Luther King y sus Redes*, Loyet Ricardo García Broche descreve a experiência de formação e participação popular em Cuba, destacando a articulação entre educação, teologia e gênero. Marcia Blasi, em *Dez anos da Política de Justiça de Gênero da Federação Luterana Mundial*, revisita o percurso dessa política em âmbito internacional, ressaltando seus impactos nas práticas eclesiais.

Os textos *Processo de transversalização da Política de Justiça de Gênero na Fundação Luterana de Diaconia*, de Renate Gierus, e *La Política de Género del Programa Actuando Juntas Jotay*, de Dora Marina Arriola Vega, evidenciam metodologias institucionais voltadas à incorporação transversal da perspectiva de gênero. Rachel Tavernor e Elaine Neuenfeldt apresentam, em duas versões (português e inglês), *Revisão da Política de Justiça de Gênero da ACT Alliance: jornada comunitária de escuta, aprendizagem e transformação*, relatando o processo participativo de revisão da política global. Por fim, Carmen Michel, em *Da Sororidade à Política de Justiça de Gênero na IECLB*, reflete sobre o percurso histórico e pastoral que conduziu à formulação de uma política institucional orientada pela justiça de gênero.



A seção de Resenha apresenta a obra *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*, organizada por Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero (2022), elaborada por Éliidi Preciliana Pavanelli. A resenha discute as contribuições e controvérsias em torno das disputas linguísticas e políticas sobre a linguagem inclusiva no Brasil, evidenciando como o debate acerca da “linguagem neutra” mobiliza diferentes concepções de gênero, identidade e poder.

Encerrando a edição, a entrevista *A Política de Justiça de Gênero da Fundação Luterana de Diaconia – uma experiência institucional e metodológica de transversalização*, concedida por Cibele Kuss e conduzida por Sabrina Senger, apresenta os caminhos e desafios enfrentados pela Fundação Luterana de Diaconia na incorporação da perspectiva de gênero em sua estrutura e práticas, contribuindo para o debate sobre metodologias institucionais e transformação organizacional.

Esta edição reafirma o compromisso da Revista Coisas do Gênero com a produção de conhecimento crítico e situado no campo dos estudos feministas em gênero e religião, bem como com o fortalecimento de redes acadêmicas e comunitárias comprometidas com a promoção da justiça de gênero. Ao reunir pesquisas, experiências e reflexões que articulam teoria e prática, fé e política, a revista contribui para a consolidação de um espaço interdisciplinar de diálogo, comprometido com a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Convidamos você a acompanhar a página da Revista e as redes sociais do Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST, onde são divulgadas as chamadas abertas para dossiês temáticos e artigos. Participe submetendo suas pesquisas à Revista Coisas do Gênero (ISSN 2447-2654 – Qualis A2) e contribua para ampliar o diálogo sobre os estudos feministas e de gênero nas áreas de teologia e religião.

Desejamos a todas, todos e todes uma ótima leitura!

Comissão Organizadora.

São Leopoldo, v. 11, n. 1 (2025).